

# **O APOIO DA LEI NA PARA VIABILIZAR A APLICABILIDADE DO SERVIÇO DA POLÍCIA MILITAR NO COMBATE A CRIMINALIDADE**

## **THE SUPPORT OF THE LAW TO ENABLE THE APPLICABILITY OF THE MILITARY POLICE SERVICE IN THE COMBAT OF CRIMINALITY**

\* Paulo de França Alves Junior

\*\* Rodrigo Batista dos Santos

### **RESUMO**

Este artigo discute a missão constitucional dos Policiais Militares brasileiros, iniciando com as dificuldades enfrentadas por esses profissionais tentando estabelecer uma conexão com a missão constitucional. Em seguida, discute a missão constitucional da polícia Militar e a legislação que rege o seu funcionamento, com base nos princípios utilizados pelos órgãos policiais no cumprimento de suas funções. Tem como objetivo demonstrar a importância da participação ativa Polícia Militar na formulação de políticas públicas no domínio da manutenção da ordem, focando principalmente nos aspectos de segurança pública e na importância da parceria com a sociedade, bem como da participação na formulação dessas políticas na construção de condições para os cidadãos.

Palavras-Chave: Polícia Militar. Policiamento Ostensivo. Criminalidade.

### **ABSTRACT**

This article discusses the constitutional mission of Brazilian Military Police, starting with the difficulties faced by these professionals trying to establish a connection with the constitutional mission. It then discusses the constitutional mission of the Military Police and the legislation that governs its operation, based on the principles used by police bodies in carrying out their functions. It aims to demonstrate the importance of active participation by the Military Police in the formulation of public policies in the field of order maintenance, focusing mainly on public security aspects and the importance of partnership with society, as well as participation in the formulation of these policies in the construction of conditions for citizens.

Keywords: Military Police. Ostensive Policing. Crime.

\* Aluno do curso de formação de praças, do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, [paulojrefamilia33@gmail.com](mailto:paulojrefamilia33@gmail.com) ; Goiânia – GO, Setembro de 2023

\*\* Professor orientador:

## **1 INTRODUÇÃO**

Durante o trabalho, o policial militar lida diariamente com fatores estressantes, tanto no ambiente da organização policial quanto nas ruas, enfrentando situações de violência que geram alto desgaste físico, e mental, afetando sua saúde e capacidade para o trabalho. O policiamento ostensivo, atividade da organização policial militar, é uma tarefa essencialmente dinâmica e arriscada originada da necessidade comum de segurança comunitária e leva o policial a lidar com diversas situações perigosas e estressantes. Durante o patrulhamento de rua, esse profissional atua na prevenção de ocorrências, como pequenos furtos, tráfico de drogas, crimes contra o patrimônio ou crimes violentos.

As condições de trabalho dos policiais militares no Brasil são desfavoráveis, considerando a constante exposição a situações de risco, longas jornadas de trabalho, insuficiência de recursos humanos, elevados índices de sofrimento mental, instrumentos inadequados, falta de manutenção preventiva em equipamentos como armas, uniformes, coletes e veículos, baixos salários e falta de formação técnica.

Atualmente, o comportamento criminoso mudou drasticamente, com cada vez mais criminosos procuram organizar-se para acomodar o comportamento criminoso regular, formando organizações bem estruturadas que está verdadeiramente focadas em desrespeitar a lei e a autoridade legal, o que acaba por conduzir a maiores dificuldades por parte dos policiais militares.

O presente estudo baseia-se nas dificuldades encontradas pelos policiais militares para que possam uso efetivo da Lei. Como objetivo específico está levantar quais as atribuições da Polícia Militar, realizar uma revisão de literatura sobre as dificuldades enfrentadas por essa categoria, e ainda fazer uma pesquisa de campo verificando essas dificuldades de forma mais prática.

Para tal será feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão para subsidiar a pesquisa e ainda uma pesquisa de campo em forma de questionário (Com 20 entrevistados) para constatar na prática quais as maiores dificuldades enfrentadas por policiais militares para a efetivação da Lei.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS POLICIAIS MILITARES**

A violência no Brasil assusta a sociedade e gera um profundo sentimento de insegurança. Os índices alarmantes ligados a esse fato social são destacados nos discursos sociais e na mídia, gerando discussões que focam na segurança pública, especialmente sobre as instituições responsáveis pela segurança pública. É comum assistir a críticas da sociedade que apontam para a existência de um sentimento de insegurança diante da criminalidade existente (FILHO, 2018).

As sociedades passaram por processos complexos e antagônicos: por um lado, existem sistemas políticos democráticos e uma expansão dos direitos civis e individuais; por outro lado, há uma desestabilização das instituições responsáveis pelo controle social e um aumento, pelo menos até onde a sociedade pode perceber, de fatos sociais como a violência. Nesse contexto, o modelo clássico de formação policial militar torna-se alvo de questionamentos e críticas que apontam para a necessidade de um novo perfil profissional (FILHO, 2018).

A questão da violência no Brasil tem suscitado discussões que se voltam para o campo de formação dos policiais. Em 2018, essas discussões resultaram no Projeto Nacional de Segurança Pública, intitulado SUSP – Sistema Único de Segurança Pública, instituído pela Lei nº 13.675/2018, em conjunto com a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) (FILHO, 2018).

Nas últimas décadas, tem havido intensas discussões buscando responder às incógnitas sobre a segurança pública. Atualmente sabe-se que a polícia sozinha não pode ser responsável por todos os problemas de segurança pública, pois são reflexo de problemas socialmente construídos. Nem todos os problemas sociais podem ser resumidos em uma instituição. Além disso, é necessário propor mudanças para que a polícia possa desempenhar a sua missão de forma mais eficaz e qualificada, o que requer mudanças institucionais, especialmente no que diz respeito à formação policial (FILHO, 2018).

Existe a necessidade emergente de avaliar a formação policial sendo justificada pela visível dificuldade na redução da criminalidade e da violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública que coletou dados do primeiro semestre de 2020, estima-se que uma pessoa é assassinada no Brasil a cada dez minutos. O aumento na taxa de mortes violentas intencionais foi observado em 21 unidades federativas (MUNTREAL *ET AL*, 2022).

Quando os policiais não possuem formação/educação adequada, suas ações podem ser baseadas em imposições, intimidações, adotando até mesmo comportamentos agressivos e/ou

abusivos, se pensando nessas ações dentro de sociedades democráticas. Diante dessa questão a formação profissional básica, realizada nas academias da Polícia Militar, é de suma importância para a constituição da identidade profissional dos policiais quando se valorizam e crenças sobre a profissão são aprendidas (GOMES, 2009).

A primeira forma de socialização do futuro policial militar no ambiente policial ocorre nas academias de polícia durante a formação básica. Neste espaço, os policiais terão conhecimentos e competências técnicas adequadas ao desempenho das suas funções. Assim, esse processo de socialização é muito importante para a construção de uma identidade profissional. O período de formação tende a disciplinar, moldar e vincular o profissional que mais tarde estará nas ruas lidando com as mais diversas questões sociais e, sobretudo, com a sociedade não criminosa (GOMES, 2009).

Existem elementos construídos historicamente na rotina institucional por meio dos quais a formação dos policiais militares permanece pautada na perspectiva de combate ao crime, que vê a polícia militar como combatente na guerra contra o crime. Concomitantemente, poucas ferramentas preparam o mesmo profissional para lidar com práticas relacionadas a problemas sociais. Os cursos de formação de policiais militares permanecem fundamentalmente vinculados ao campo jurídico, com disciplinas e práticas voltadas para o Direito (GOMES, 2009).

Recentemente, o conhecimento das Ciências Sociais tem ganhado espaço nas políticas e nos discursos de formação de policiais militares pela inclusão de matérias sobre Direitos Humanos, Sociologia e Antropologia. A produção de materiais sobre Educação em Direitos Humanos é uma demanda permanente no campo da educação, e é observada em diversos níveis e modalidades de ensino. Uma formação com essa ênfase requer tempo para aprimoramento, pois foi implementada recentemente, principalmente desde o fim da ditadura no Brasil (GOMES, 2009).

O conhecimento baseado nos Direitos Humanos visa superar o modelo de formação policial baseado no uso da força. Vinculados ao conhecimento jurídico e às Ciências Sociais, ainda existem conhecimentos baseados na hierarquia e na disciplina militar, o que afeta uma concepção - um padrão específico de formação de policiais militares - que contrasta com outros tipos de conhecimento, notadamente os provenientes das Ciências Sociais, pois adota características provenientes das forças armadas. De qualquer forma, situações como a do Brasil, que viveu recentemente uma redemocratização política e social (na década de 1980), passaram a conviver com demandas crescentes, no sentido de que a segurança pública estabelece ações seguindo princípios democráticos constitucionalmente estabelecidos (GOMES, 2009).

Esta mudança exige reajustes na formação/educação policial. Numa sociedade democrática, assume-se como norma a ação policial baseada em princípios como a ética, o autocontrole e a capacidade de interpretar a lei e agir de acordo com o contexto social em que trabalha. Espera-se que os policiais atuem de acordo com o que se espera da polícia cidadã, ou seja, estejam focados na segurança cidadã, na prevenção, na mediação de conflitos e no enfrentamento às diversas formas de violência social presentes no tecido social. Por outras palavras, parece haver certo consenso sobre o fato de ser imperativo que, numa sociedade democrática (MUNTEAL *ET AL*, 2022).

As academias de Polícia Militar precisam facilitar a modernização do currículo e do conteúdo das disciplinas ministradas, sejam elas práticas, operacionais ou teóricas, por meio de ambiente virtual ou presencial, realizando formação formativa, inicial e continuada. Logo existe a necessidade contínua de formação – que deve ser estendida a todos os profissionais – para considerar o ser humano como um ser inacabado; falar em formação remete a um processo contínuo de aprendizagem e transformação. Melhorar a formação dos policiais para transformá-los em profissionais competentes, que desempenhem um serviço público compatível com as demandas e demandas de sociedade complexa onde se vive (MUNTEAL *ET AL*, 2022).

No Brasil muitos estados ainda planejam o trabalho policial, especialmente a formação em segurança pública, essencialmente no sentido de combater ações criminosas, muitas vezes empregando uso intensivo de estratégias e metodologias de guerra - típicas das forças armadas. As deficiências e necessidades nas academias de polícia militar no Brasil são reflexo da herança militarista e jurídica do passado e de uma segmentação corporativa. Vale ressaltar que as academias de polícia militar nutrem uma cultura organizacional militarizada, com ênfase na disciplina, na hierarquia militar e na formação baseada em princípios do mundo militar, ainda ligados a uma metodologia pedagógica arcaica (MUNTEAL *ET AL*, 2022).

## **2.2 A VISÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR**

A Constituição Federal de 1988 prevê um grande número de atividades que os Policiais Militares podem efetivamente realizar. A Constituição Federal de 1988 estabelece essencialmente as competências da Polícia Militar, conforme o artigo 1.º. 144, V e § 5º:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] V - polícias militares e corpos de

bombeiros militares. [...] § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...] (BRASIL, 1988).

A missão constitucional da Polícia Militar é a manutenção da ordem pública e do policiamento público; isso envolve uma série de atividades, das quais faz parte o policiamento ostensivo, bem como outras atividades não desempenhadas como polícia administrativa, como alvarás, prisões, etc., mas mantendo a ordem pública. O policiamento ostensivo também garante à Polícia Militar a capacidade de atuar durante todo o ciclo policial, operando em quatro etapas: ordem, anuência, fiscalização e sanção policial (RAPHAEL, 2013).

A Polícia Militar desempenha um amplo conjunto de funções dentro do conceito de segurança pública conforme CF/88, cujo principal objetivo é proporcionar à sociedade a proteção necessária, paz e tranquilidade e prevenir quaisquer ataques à segurança de a população (RAPHAEL, 2013).

De modo geral, a Polícia Militar está descrita tanto na Constituição Federal, quanto na constituição estadual, que dispõe sobre a matéria e regulamentam outras atividades, como a vigilância e fiscalização do trânsito urbano, e como outras leis já mencionadas e aprovadas na CF/88 (RAPHAEL, 2013).

A missão da Polícia Militar é, portanto, desempenhar um duplo papel: como força policial e como manutenção da ordem. Em relação à atribuição de natureza civil, ou seja, das atividades cotidianas de prevenção e repressão imediata dos crimes ocorridos. A ordem pública é condição de convivência pacífica e harmoniosa dos povos, baseada nos princípios morais vigentes na sociedade, inspirada nas condições de existência, das pessoas e dos bens, protegidos e protegidos de infrações (RAPHAEL, 2013).

No primeiro caso, atua como polícia preventiva de acordo com os princípios e normas do direito administrativo. Em segundo lugar, atua de acordo com as normas e princípios legais do Código de Processo Penal (isolar locais, convocar testemunhas, recolher provas, prender pessoas, etc.) e, portanto, como polícia judiciária, realiza a chamada repressão imediata. A polícia administrativa não se preocupa apenas com infrações, mas tem um objetivo mais vasto, incluindo a prevenção e repressão administrativa de uma série de outras infrações não penais (polícia de trânsito, polícia fiscal, etc.) (ROSA, 2014).

Em última análise, de acordo com a CF/88 também temos uma função militar que pode conduzir operações intermitentes para combater a insurgência e defender os objetivos nacionais. Portanto, os sistemas de defesa integrados podem servir como ferramentas para a defesa interna, e a defesa civil (ROSA, 2014).

No campo da defesa territorial, em caso de guerra estrangeira e/ou ameaça de invasão do território nacional, os policiais militares são recrutados e/ou mobilizados para servir como força reserva para defender o território na forma de forças policiais específicas (ROSA, 2014).

No domínio da defesa civil, entende-se aqui como um conjunto de medidas que têm como finalidade básica prestar socorro e assistência à população afetada por catástrofes adversas ou pelas consequências de guerras, isolando a Polícia Militar a área onde se encontram os acidentes ocorridos em ação policial geralmente superficial, isola áreas críticas e/ou perigosas, bem como participa de operações de resgate e evacuação de moradores, auxilia na coleta de doações, distribuição de medicamentos, administração de vacinas e principalmente armazenamento de itens arrecadados (ROSA, 2014).

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa, onde os conceitos abordados e as pesquisas feitas estão localizados em documentos já publicados que afirmam e dão credibilidade aos dados apresentados, legislações e jurisprudências. Nesse sentido, será feita uma abordagem aos instrutores que dominam a área do conhecimento abordada por essa pesquisa científica.

Será feita uma pesquisa e forma de questionário com 20 policiais, para revelar a opinião dos operadores da segurança pública e saber como o trabalho ostensivo da PM auxilia no combate a criminalidade, bem como quais as maiores dificuldades enfrentadas durante o ofício do seu trabalho. O questionário conta com 10 questões abertas e fechadas, sendo as 4 primeiras se trata de questões socioeconômicas, e as 6 restante direcionadas a pesquisa. Como critério de inclusão será policiais da PM-GO, e aqueles que aceitarem o termo de consentimento antes do início da pesquisa. A pesquisa será feita no decorrer do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa em questão tem a finalidade de verificar entre policiais que atuam na Polícia Militar do Estado de Goiás quais as principais dificuldades no ofício do seu trabalho, bem como constatar se o policiamento ostensivo auxilia no combate a criminalidade em Goiás.

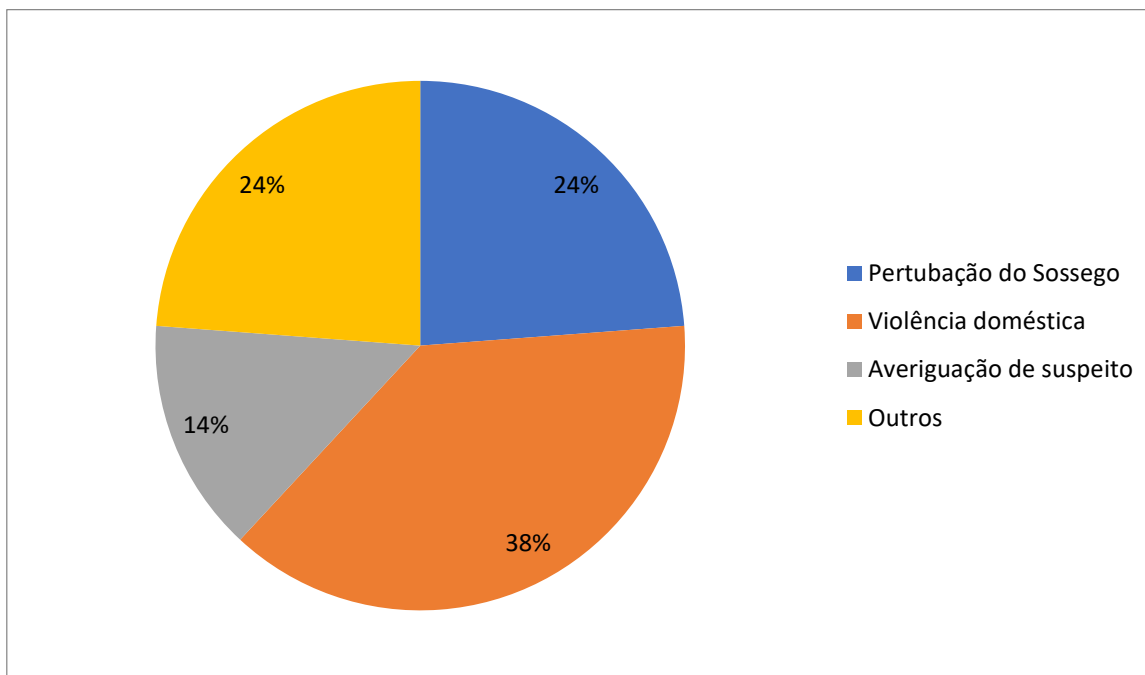
Nos questionamentos socioeconômicos, todos os entrevistados são do sexo masculino (100%). Em relação ao tempo de serviço 57,1% atuam na PM-GO a menos de 5 anos, 28,6%

entre 5 a 10 anos e 14,3% mais de 10 anos. Em relação à faixa etária, 47,6% dos entrevistados possuem mais de 30 anos de idade, 33,3% entre 25 e 30 anos, e 19% até 25 anos.

Com relação à função desempenhada na Polícia Militar do Estado de Goiás, 71,4% dos entrevistados encontra-se na função de soldado, 9,5% agente de inteligência, e ainda 14,2% comandante, 4,9% motorista.

O primeiro questionamento diz respeito ao seu trabalho diário. O mesmo se referia quais as principais ocorrências que são acionadas no seu trabalho diário, as respostas estão descritas na figura a seguir.

O policiamento ostensivo é o uso da força policial durante atividades de segurança pública, estrategicamente planejada para criar um impacto visual e proporcionar um efeito dissuasor. A presença desses profissionais devidamente caracterizados é visível aos agentes de segurança pública por meio de uniformes, equipamentos e veículos.

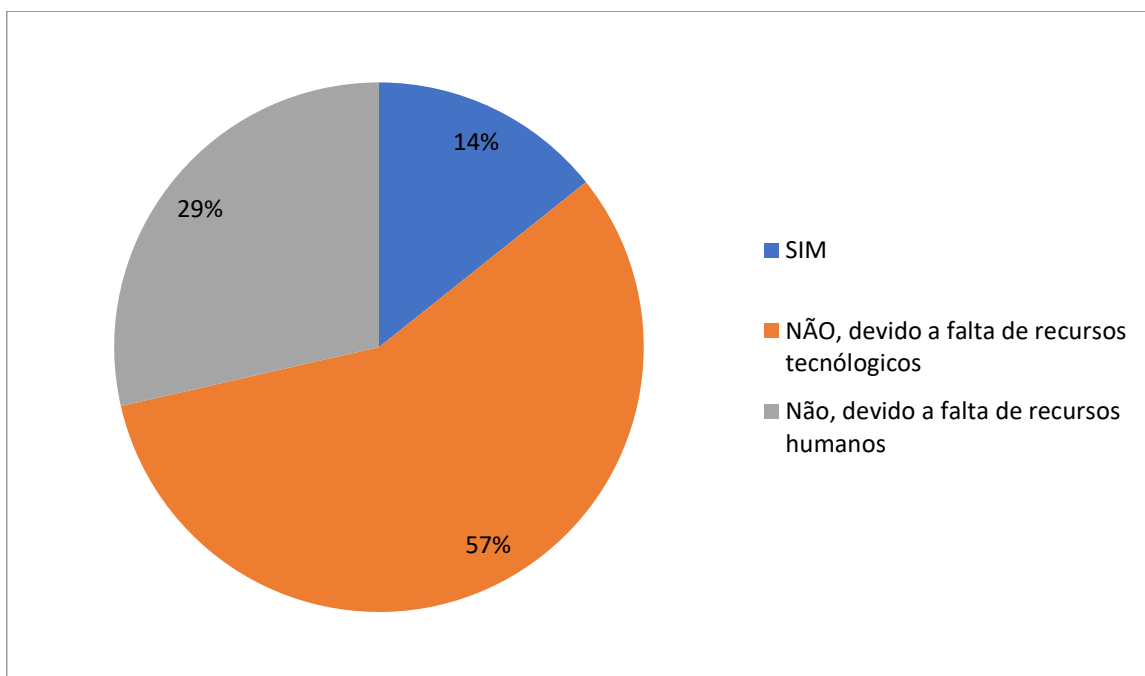


**Gráfico 1:** Quais as principais ocorrências durante seu trabalho diário  
Fonte: Próprio autor, 2023

De acordo com o gráfico 1 percebe-se que em Goiás os crimes mais acionados na PM diante dos entrevistados é a violência doméstica. A violência doméstica é um fenômeno que independe classe social, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e educação. Todos os dias se vêem notícias de mulheres sendo assassinadas por seus parceiros ou ex-companheiros. Na maioria dos casos, já há algum tempo que são vítimas de vários tipos de violência, mas só quando os ataques se intensificam ao ponto de culminarem em feminicídio é que a situação chama a atenção dos outros.

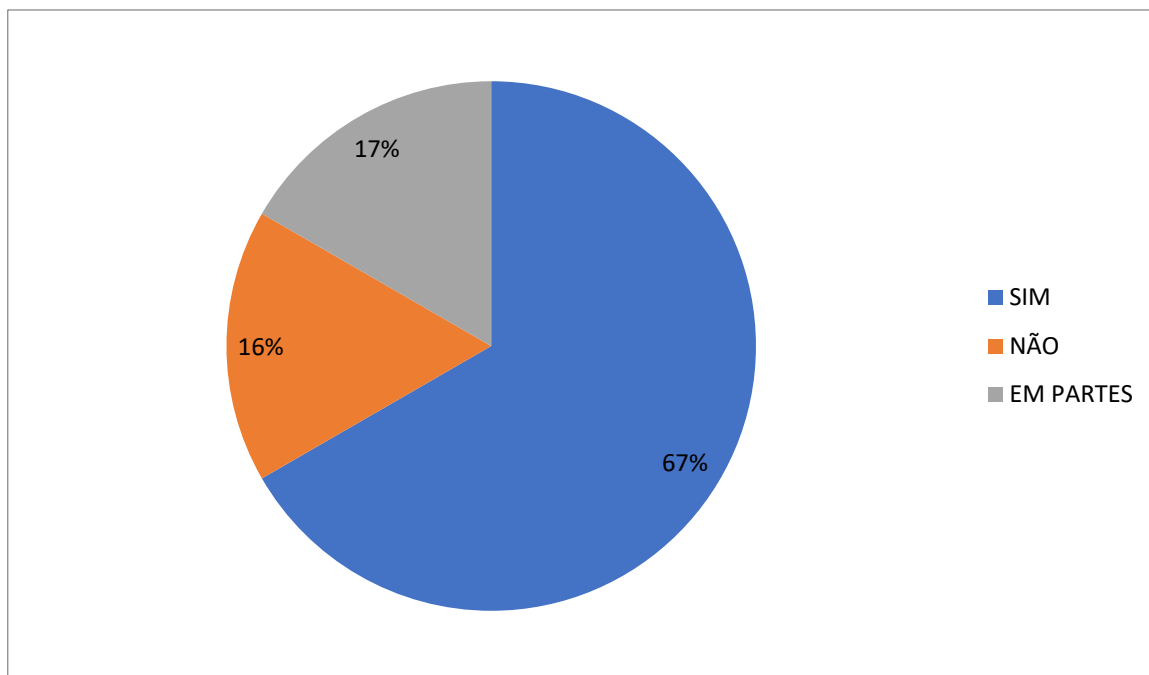
Ao serem questionados se os recursos existentes hoje são suficientes para desenvolver seu trabalho com excelência, a grande maioria respondeu que os recursos existentes hoje não são suficientes para desenvolver um bom trabalho correspondendo a 29% acreditam que os recursos são suficientes e 71% acreditam que não. A grande maioria reforça sobre a quantidade de policiais nas ruas, onde a população aumenta constantemente, bem como a criminalidade e em contrapartida o efetivo da PM só diminui drasticamente.

Além disso, o desenvolvimento da tecnologia policial é muito importante para todos os cidadãos. Afinal, quanto melhor for o trabalho dos órgãos de segurança e fiscalização, menor será o índice de criminalidade de uma sociedade e a impunidade tende a diminuir (GOMES, 2009).



**Gráfico 2:** Quais as principais ocorrências durante seu trabalho diário  
Fonte: Próprio autor, 2023

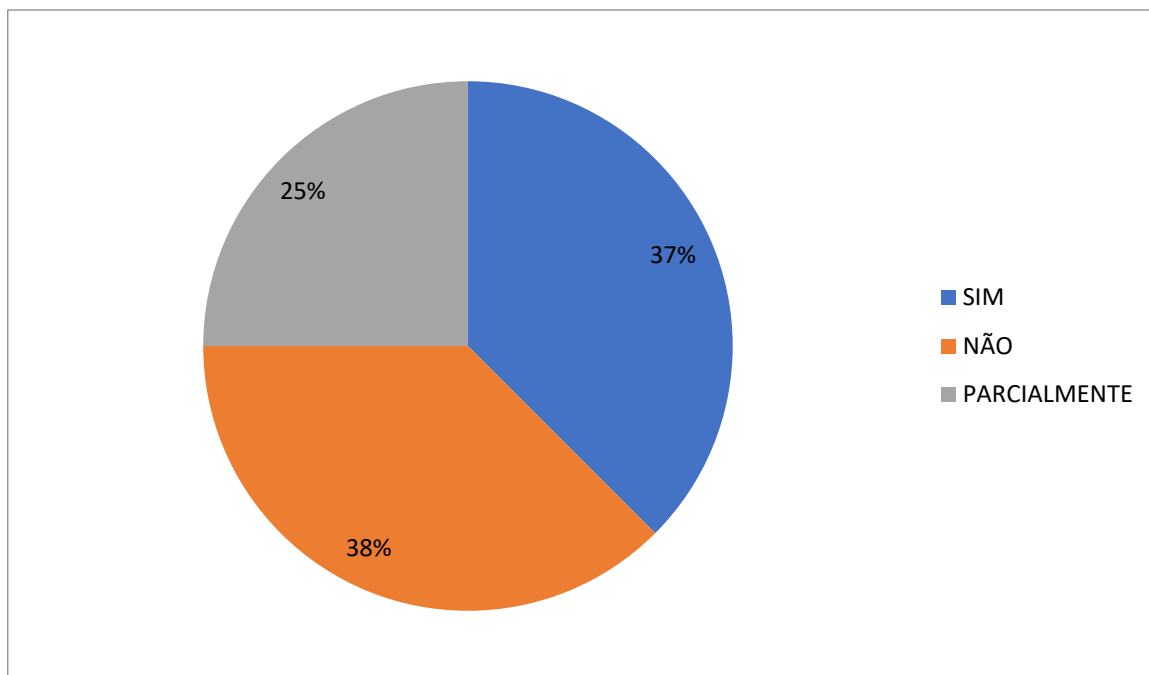
A seguir foi questionado se a formação acadêmica, independente de qual área seja deu o suporte necessário para a realização de suas atividades diárias dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás a maior parte dos entrevistados afirmou que sim, conforme o gráfico 3.



**Gráfico 3:** Sua formação acadêmica te deu suporte para suas atribuições diárias dentro da PM-GO  
Fonte: Próprio autor, 2023

Em relação à formação dentro da academia de Polícia os entrevistados ficaram quase que empatados com relação a seu preparo, no que diz respeito ao suporte fornecido durante sua preparação na Academia de Polícia Militar, conforme demonstra o gráfico 4.

Rosa (2014) reforça que nas academias de polícia, os elementos do processo formal de socialização profissional que “molda” os futuros policiais incluem muitas vezes a seleção de certos assuntos teóricos e práticos e de certos eventos em detrimento de outros, a posição estilizada ocupada com as atividades do dia-a-dia do cargo, e algumas reflexões sobre a facilitação de uma série de respostas comportamentais a situações cíclicas no mundo do trabalho.

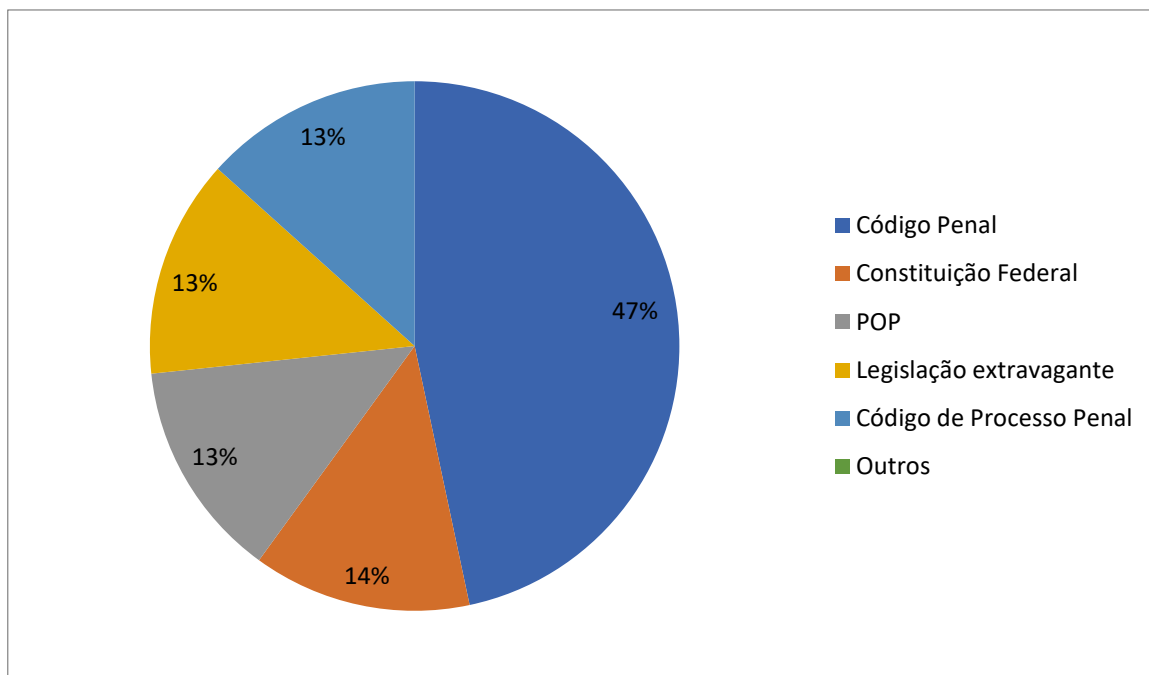


**Gráfico 4:** Sua formação na academia de Polícia te deu suporte para suas atribuições diárias dentro da PM-GO  
Fonte: Próprio autor, 2023

Duas respostas chamaram atenção para este questionamento, uma diz respeito ao do questionamento acima, a primeira discorda com o questionamento relatando que a formação recebida pela acadêmica de Polícia é muito focada em doutrinas militares, deixando a desejar no que diz respeito ao verdadeiro preparo para o policiamento ostensivo nas ruas, ou mesmo em situações corriqueiras como a realização de um TCO.

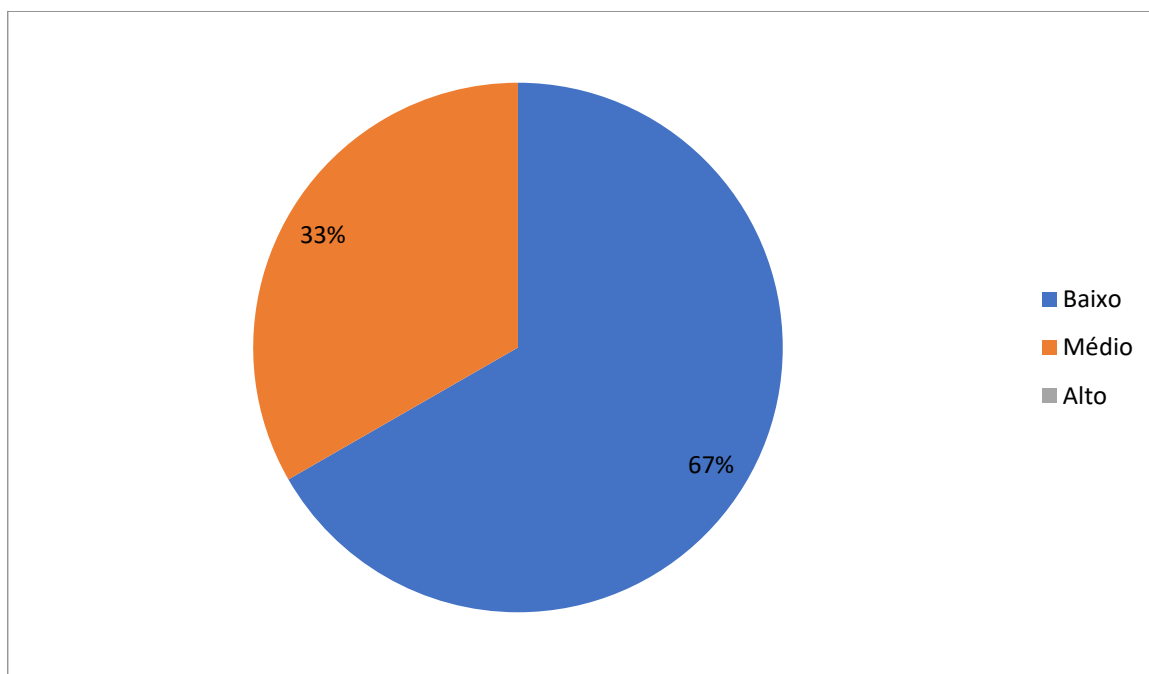
Outro questionamento, dizia que os conhecimentos que possui hoje são proventos de próprio esforço e da sua prática vivenciada durante sua atuação. O mesmo afirma ainda que muitos colegas de profissão não buscam esse conhecimento fazendo com que sua prática seja comprometida.

No próximo questionamento foi indagado qual Lei, decretos, normas mais se pautam durante a realização do seu trabalho, os resultados estão demonstrados no gráfico 5 a seguir, que se pode verificar que o ordenamento jurídico mais utilizado durante o trabalho diário foi o Código Penal brasileiro.



**Gráfico 5:** Ordenamento jurídico mais utilizado durante o trabalho diário  
 Fonte: Próprio autor, 2023

Por fim, foi questionado como eles avaliavam a capital goiana com relação à violência. Os mesmos relataram que tal capita possui um nível de criminalidade baixo conforme demonstra o gráfico a seguir.



**Gráfico 6:** Nível de violência da cidade de Goiânia  
 Fonte: Próprio autor, 2023

Portanto não precisa se nenhum especialista em criminalidade, ou ser um agente de segurança pública, para notar que existe hoje uma crise de criminalidade no Brasil, porém o que se percebe é que em Goiás a paz ainda reina. No que tange todas as insatisfações de um Policial Militar na sua aplicação da lei, estão à falta de recursos para que sua prática seja mais efetiva, a redução de recursos humanos aliados a baixos salários que o vão desmotivando diariamente. São admiráveis suas lutas de levar o nome da Polícia Militar do Estado de Goiás a ser uma instituição de proteção de todos.

## 5 CONCLUSÃO

Ao concluir este estudo, acredita-se que as expectativas traçadas para as suas realizações foram atendidas e poderão até ser superadas. Os Policiais militares têm claramente plenos poderes de polícia administrativa e são responsáveis pela manutenção da ordem pública, incluindo a tranquilidade pública, e pelo restabelecimento da ordem pública em caso de perturbação da paz. Vale ressaltar que o ruído excessivo e casos de violência doméstica são as causas mais comuns de perturbação da paz na sociedade atual. Os conflitos por ele causados aumentam a cada dia, exigindo cada vez mais a intervenção policial para resolvê-los.

No entanto, a legislação puramente penal não é suficiente para fornecer os meios para resolver o problema e pôr fim ao grande número de incidentes registrados todos os dias. Daqui resulta que a missão constitucional da Polícia Militar inclui o policiamento público e a manutenção da ordem pública.

Observou-se também que os poderes manifestos da polícia abrangem o exercício de todo o ciclo de poderes da polícia administrativa, incluindo ordenar, consentir, supervisionar e sancionar comportamentos. A ordem pública envolve tudo o que diz respeito à segurança, tranquilidade, ou seja, possui um amplo quadro conceitual que abrangem todos os detalhes para garantir a tranquilidade e a vida saudável das pessoas. Portanto, a Polícia Militar, que tem como função manter a ordem, pode e deve intervir diretamente nas atividades danosas por meio de ações administrativas, principalmente consentimento, fiscalização e sanções.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

FILHO, Brauner Justino Arcaro e TRUPPEL, Fabricio Gilberto. **A Lei De Combate Ao Crime Organizado E Sua Aplicabilidade No Inquérito Policial Militar**. Revista Ordem Pública. v. 10, n. 1, jan./jul., 2018.

GOMES, Rodrigo Carneiro. **Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento.** Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 21, n. 8, ago. 2009.

MUNTEAL, Oswaldo ET al. **Segurança Presente: História & Linhas De Força.** Rio de Janeiro: OBSOSP/UERJ, 2022.

RAPHAEL, Joel Cordeiro. **O desafio constitucional para uma polícia cidadã: Identidade, fragmentação militar e autopoiese.** Revista de Informação Legislativa. Ano 50 Número 200 out./dez. 2013.

ROSA, Vilmar. **A Legalidade E A Constitucionalidade Da Atuação Da Polícia Militar E Das Guardas Municipais Nas Ações De Fiscalização De Trânsito.** Revista Ordem Pública, V. 7, n. 2, 2014.